



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 191/2015
(Autoria do Deputado Chico Brasileiro)

Concessão de Título de Utilidade Pública à
Associação Internacional para Expansão da
Conscienciologia, com sede e foro no Município de
Foz do Iguaçu.

Art. 1º Concede Título de Utilidade Pública à Associação
Internacional para Expansão da Conscienciologia – Aiec, com sede e foro no
Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2015.


MISSIONÁRIO
Presidente


Augusto


MAURO


Relator


Roberto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 322/2015


(Autoria do Deputado Alexandre Curi)


Denominação do trecho da Rodovia PR-180 que liga os Municípios de Cruzeiro do Oeste e Goioerê.


Art. 1º Denomina Luiz Dechiche o trecho da Rodovia PR-180 que liga os Municípios de Cruzeiro do Oeste e Goioerê.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

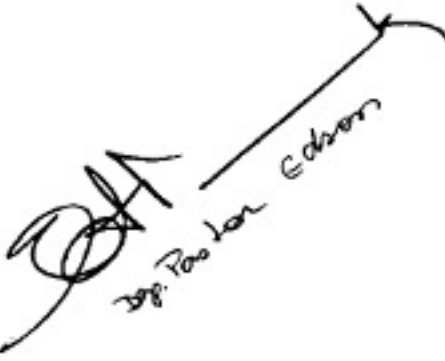
Sala das Comissões, 29 de junho de 2015.


Dep. Marcos Moraes


Presidente
Dep. Missionário


Dep. Hussien


Relator
Dep. Prof. Lemos

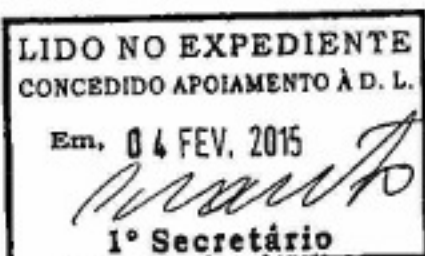

Dep. Raulon Edson



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury |
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 65/15



Súmula: Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Churrasco no Espeto de Bambu, realizada anualmente, nas datas próximas ao dia 28 de abril.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Festa do Churrasco no Espeto de Bambu", realizada anualmente, nas datas próximas ao dia 28 de abril, no Município de Rio Bom.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 04 de fevereiro de 2015.

TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende instituir no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Churrasco no Espeto de Bambu, realizada anualmente, nas datas próximas ao dia 28 de abril, aniversário da emancipação política do Município de Rio Bom.

A Festa do Churrasco no Espeto de Bambu já é tradição no Município de Rio Bom, e no ano de 2014 foi realizada nos dias 25, 26 e 27 de abril, quando ocorreu a sua 50ª edição.

O objetivo da festa é celebrar o aniversário da Cidade reunindo a população da região com esta grande comemoração. A festa conta com diversas atrações, como shows, competições, parque de diversões, barracas com comidas típicas, praça de alimentação e o famoso churrasco no espeto de bambu.

A festa já está consagrada pela população da região e o churrasco no espeto de bambu possui destaque nacional devido ao sabor e a arte de seu preparo.

Desta forma, pretende-se com a referida proposta incluir essa grande celebração no Calendário de Eventos do Estado do Paraná, visando o incentivo a cultura e o desenvolvimento econômico da região.

Diante do exposto, e devido a importância da presente proposta para a divulgação e promoção da Festa do Churrasco no Espeto de Bambu, pedimos o seu devido apoio e a sua consequente aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



PARECER AO PROJETO DE LEI 65/2015

Projeto de Lei nº. 65/2015

Autor: Deputado Estadual Tercílio Turini.

Súmula: Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Churrasco no Espeto de Bambu, realizada anualmente, nas datas próximas ao dia 28 de abril.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A FESTA DO CHURRASCO NO ESPETO DE BAMBU. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tercílio Turini, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado a "Festa do Churrasco no Espeto de Bambu", a ser realizada anualmente, no mês de abril, no Município de Rio Bom.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.


Sala das Comissões, 08 de Abril de 2015.



DEPUTADO
NELSON JUSTUS

Presidente


DEPUTADO GILSON DE SOUZA

Relator

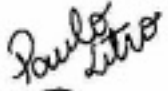

Nelson Justus


Paulo Lúcio


Francisco Assis

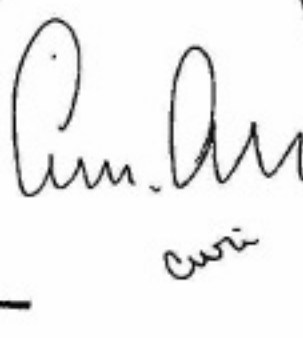

Cláudio


GUTO


Paulo Lúcio

APROVADO

15.04.15.


Curi


Paulo Lúcio



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Marcio Pacheco



COMISSÃO DE TURISMO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 65/2015

O Projeto de Lei nº 65/2015, em análise, de autoria do Deputado Tercílio Turini, institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Churrasco no Espeto de Bambu, realizada anualmente, nas datas próximas ao dia 28 de abril, no município de Rio Bom.


A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável à Proposição.

Trata-se de acontecimento festivo tradicional do município de Rio Bom, que já ocorre há 50 anos, sempre realizada em abril, mês em que é comemorado o aniversário da Cidade, merecendo assim, pela sua importância para aquela sociedade, a divulgação da festa no Calendário Oficial de Evento do Estado, fomentando dessa forma o turismo local.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no Art. 33-N, do Regimento Interno desta Casa, manifesta-se FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei em exame, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em


Deputado MARCIO PACHECO
Relator


Deputado CHICO BRASILEIRO
Presidente


TERCÍLIO TURINI

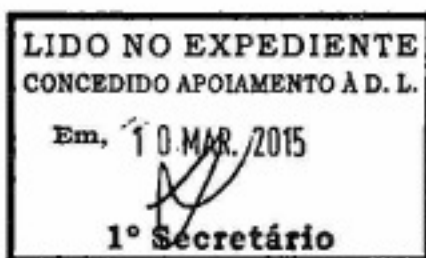
CLÁUDIA PEREIRA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
CENTRO LEGISLATIVO ANIBAL KHURY



Projeto de Lei nº 194 /15



SÚMULA: Dá nova redação a letra "c" do artigo 2º da Lei 14.850, de 05 de outubro de 2005, cuja redação foi alterada pela Lei 17.739 de 29 de outubro de 2013, e autoriza a doação de imóvel ao Município de Catanduvas.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

DECRETA:

Art. 1º - A letra "c" do artigo 2º da Lei 14.850, de 05 de outubro de 2005, cuja redação foi alterada pela Lei 17.739 de 29 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - O imóvel referido no art. 1º desta Lei, tendo sido desmembrado em duas matrículas, será utilizado conforme a seguinte destinação:

a)....

b)...

c) A Prefeitura Municipal de Catanduvas deverá proceder a implantação de "terminal rodoviário municipal"

Art. 3º.- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em 10 de março de 2015.

Nereu Moura
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
CENTRO LEGISLATIVO ANIBAL KHURY

2



Justificativa:

A apresentação deste projeto tem como objetivo retificar a letra "c" do artigo 2º da Lei 14.850, de 05 de outubro de 2005, cuja redação foi alterada pela Lei 17.739 de 29 de outubro de 2013.

Isso porque nos termos em que se encontra, a municipalidade não consegue transferir a titularidade do imóvel ao TRE para a construção do Fórum Eleitoral.

A redação atual prevê a necessidade imperiosa de se manter a condição de terminal rodoviário. Entretanto o objetivo principal, neste momento, é transferir o patrimônio de forma definitiva para o TRE – Tribunal Regional Eleitoral.

Assim, diante da necessidade de adequação legal, encaminhamos e submetemos a essa Casa de Leis, o presente Projeto de Lei para a devida apreciação e conseqüente aprovação.

Isto posto, espero contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.



LEI Nº 14850 - 05/10/2005
Publicado no Diário Oficial Nº 7076 de 06/10/2005



Súmula: Autoriza o Poder Executivo a proceder a doação da área rural que especifica, ao município de Catanduvas.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a doação, ao município de Catanduvas, de área rural com 4.800,00 m², destacada do lote nº 125 da Gleba nº 03; Colônia Tormenta, no município de Catanduvas, de conformidade com a Transcrição das Transmissões sob nº 24.293 do Livro 3-AQ do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, com área total construída de 587,80 m².

Art. 2º. O imóvel referido no artigo 1º deverá ser utilizado exclusivamente como Terminal Rodoviário daquele município, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando gravado com cláusula de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de outubro de 2005.

Roberto Requão
Governador do Estado

Maria Marta Renner Weber Lunardon
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Caíto Quintana
Chefe da Casa Civil



Lei 17739 - 28 de Outubro de 2013

Publicação no Diário Oficial nº. 8075 de 29 de Outubro de 2013

Súmula: Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 14.850, de 5 de outubro de 2005, que autorizou a doação de imóvel ao Município de Catanduvas.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 14.850, de 5 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O imóvel referido no art. 1º desta Lei, tendo sido desmembrado em duas matrículas, será utilizado conforme a seguinte destinação:

a) da Matrícula nº 11.130, do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas, constituído de um imóvel urbano – Lote nº 07-A, subdivisão do Lote nº 07, da Quadra nº 21, com área de 4.016,00 m² (quatro mil e dezasseis metros quadrados), situado no Loteamento União, perímetro urbano da cidade de Catanduvas, com a finalidade de possibilitar aos pequenos produtores exporem e comercializarem seus produtos, visando a geração de emprego e renda;

b) da Matrícula nº 11.131, do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas, constituído de um imóvel urbano – Lote nº 07-B, subdivisão do Lote nº 07, da Quadra nº 21, com área de 784,00 m² (setecentos e oitenta e quatro metros quadrados), situado no Loteamento União, perímetro urbano da cidade de Catanduvas, com a finalidade de edificação do prédio do Tribunal Regional Eleitoral – TRE;

c) A Prefeitura Municipal de Catanduvas deverá proceder a implantação do "terminal rodoviário municipal" em parte dos imóveis descritos nos itens "a" e "b" deste artigo.

Art. 2º O imóvel em questão será usado exclusivamente para as destinações previstas nesta Lei.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade prevista nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 29 de outubro de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Dinorah Balto Portugal Nogueira
Secretária de Estado de Administração e de Previdência

Cezar Silvestri
Secretário do Estado de Governo

Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Lei 17739 - 29 de Outubro de 2013

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 9075 de 29 de Outubro de 2013

Súmula: Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 14.850, de 5 de outubro de 2005, que autorizou a doação de imóvel ao Município de Catanduvas.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 14.850, de 5 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O imóvel referido no art. 1º desta Lei, tendo sido desmembrado em duas matrículas, será utilizado conforme a seguinte destinação:

a) da Matrícula nº 11.130, do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas, constituído de um imóvel urbano – Lote nº 07-A, subdivisão do Lote nº 07, da Quadra nº 21, com área de 4.016,00 m² (quatro mil e dezesseis metros quadrados), situado no Loteamento União, perímetro urbano da cidade de Catanduvas, com a finalidade de possibilitar aos pequenos produtores exporem e comercializarem seus produtos, visando a geração de emprego e renda;

b) da Matrícula nº 11.131, do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas, constituído de um imóvel urbano – Lote nº 07-B, subdivisão do Lote nº 07, da Quadra nº 21, com área de 784,00 m² (setecentos e oitenta e quatro metros quadrados), situado no Loteamento União, perímetro urbano da cidade de Catanduvas, com a finalidade de edificação do prédio do Tribunal Regional Eleitoral – TRE;

c) A Prefeitura Municipal de Catanduvas deverá proceder a implantação do “terminal rodoviário municipal” em parte dos imóveis descritos nos itens “a” e “b” deste artigo.”

Art. 2º O imóvel em questão será usado exclusivamente para as destinações previstas nesta Lei.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade prevista nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 29 de outubro de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Dinorah Botto Portugal Nogara
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 174/2015

Projeto de Lei nº 174/2015

Autor: Deputado Nereu Moura

Súmula: Dá nova redação a letra "c" do artigo 2º da Lei 14.850, de 05 de outubro de 2005, cuja redação foi alterada pela Lei 17.739 de 29 de outubro de 2013, e autoriza a doação de imóvel ao Município de Catanduvas.

EMENTA: ALTERAÇÃO DA LEI Nº 14.850/2005. PARECER DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA. FAVORÁVEL. INEXISTÊNCIA DE ÓBICE. ARTS. 53, INC. XIV E 65 DA CE. ART. 124 DO RI DA ALEP. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura visa alterar a letra "c" do artigo 2º da Lei nº 14.850/2005, de 29 de outubro de 2013, texto legal introduzido pela Lei nº 17.739/2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente compete à Comissão de Constituição e Justiça, desta Casa de Leis em observância ao no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada assim:

Art. 33 - A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Acerca da presente iniciativa, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



Parágrafo único. Todos os projetos,
ressalvada a competência exclusiva do
Governador, dos Tribunais e do Ministério
Público, terão origem na Assembléia, sob a
iniciativa de qualquer Deputado ou
Comissão. (grifo nosso)

Ainda, no que diz respeito a iniciativa legislativa, vale
ressaltar o disposto na CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em
seu art. 65 que aduz:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares
e ordinárias cabe a qualquer membro ou
comissão da Assembléia Legislativa, ao
Governador do Estado, ao Presidente do
Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de
Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos
previstos nesta Constituição. (grifos
nossos)

Sobre o assunto, verifica-se a determinação da
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ sobre a competência do Poder
Legislativo dispor sobre as matérias que envolvam bens de domínio
público, conforme teor do artigo 53, inciso XIV, senão vejamos:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com
a sanção do Governador do Estado, a qual
não é exigida, no entanto, para o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XIV - aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado: (grifo nosso)

Neste mesmo diapasão, a manifestação da Coordenadoria do Patrimônio do Estado do Paraná - Secretaria de Estado da Administração e Previdência via despacho n. 0280/2015 - analisando a presente proposição é favorável à tramitação da mesma, haja vista, inexistir óbice para sua transformação em lei. (negrito nosso).

Por derradeiro, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, a Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná


Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



CONCLUSÃO

Diante do exposto, nosso parecer é pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

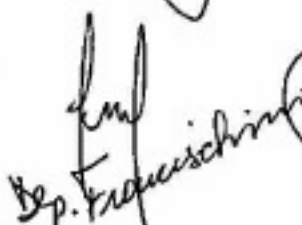
Sala das Comissões, 27 de Abril de 2015.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


GILSON DE SOUZA
RELATOR








Dep. Francischini






APROVADO

27.04.15 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 174/15

Projeto de Lei nº. 174/2015

Autor: Deputado Nereu Moura

Súmula: *Dá nova redação a letra "c" do artigo 2º da Lei 14.850/2005, cuja redação foi alterada pela Lei 17.739/2013, e autoriza a doação de imóvel ao Município de Catanduvas.*

**EMENTA: ALTERAÇÃO DA LEI Nº 14.850/2005.
PARECER DA SECRETARIA DO ESTADO DA
ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA. FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, apresentado pelo Deputado Nereu Moura, que dá nova redação a letra "c" do artigo 2º da Lei 14.850/2005, cuja redação foi alterada pela Lei 17.739/2013, e autoriza a doação de imóvel ao Município de Catanduvas, antes de ser apreciado por esta presente Comissão de Obras, fora detidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, tendo parecer favorável, razão pela qual deve agora ser analisado nos exatos termos exigidos pelo Regimento Interno desta ALEP, em especial no seu art. 33-F.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação



FUNDAMENTAÇÃO

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-F, assim dispõe:

Art. 33-F. Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte e, sobre comunicação em geral.

Desta feita, o presente projeto de lei necessita de análise desta d. Comissão de Obras, Transportes e Comunicações.

Para tanto, é importante analisar o seu enquadramento na legislação pertinente.

Nesse sentido, podemos citar o quanto disposto no art. 53, da Constituição Estadual, que dispõe sobre a competência estadual sobre a proteção do meio ambiente:

“Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XIV – aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado; (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
(...)



Por fim, no que concerne à técnica legislativa atinente ao caso em comento, o projeto de Lei em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei nesta Comissão de Obras, Transportes e Comunicações, tendo em vista que nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação processual legislativa.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2015.

F. Francischini

Dep. Estadual FELIPE FRANCISCHINI

RELATOR

Dep. Estadual TIAO MEDEIROS

PRESIDENTE

Requisito

Dep. Tasso

Dep. Tasso